



336º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trigésimo dia do mês de abril de dois mil e vinte e seis, deu - se inicio às 16h com previsão de término para as 19h, a trecentésima trigésima sexta Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS), no Auditório Heleny Guariba, situado a Praça IV Centenário, Centro, Santo André – SP CEP 09015-080. **ORDEM DO DIA: PAUTA** 1. Apresentação e aprovação da Readequação do Plano Municipal de Saúde 2026–2029, contemplando as propostas oriundas da 19ª Conferência Municipal de Saúde, as deliberações da etapa da 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da 10 Trabalhadora (5ª CESTT) e da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (5ª CNSTT); 2. Apresentação e aprovação da Readequação da Programação Anual de Saúde (PAS) 2026; 3. Apresentação e aprovação da Programação Anual de Saúde (PAS) 2027; 4. Apresentação do Plano de Ações e Metas (PAM) de IST/AIDS. 5. Deliberação sobre a aprovação do Projeto “SUPER”, previamente apresentado ao Conselho Municipal de Saúde, para fins de cumprimento dos ritos administrativos junto ao Ministério da Saúde, com anuência para prosseguimento das etapas necessárias à sua formalização, execução e eventual captação de recursos, conforme diretrizes do Plano Municipal de Saúde 2026–2029. 6. 20 Indicação de 01 (um) membro do Conselho Municipal de Saúde para compor a Comissão de Avaliação da Execução dos Serviços de Saúde realizados em regime indenizatório, decorrentes do encerramento do Contrato de Gestão nº 35/2022; 7. Deliberação sobre a substituição de membro representante do segmento gestor/poder público na Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde. **CONSELHEIROS TITULARES PRESENTES:** Killian de Macedo Nylander, Samuel Estevam Cardoso Lino, Marcela Cristina Lopes M. Leão, Maria Odila Gomes Douglas, Valdelucia Francisca de Araujo Coutinho, Silvana Gomes de Araujo de Teixeira, Carlos Roberto Rosseto, José Carlos Guzella, Maria Jose Carvalho Julião, Jorge Dutra Salles, Marcos Antonio Alves, Carlos Alberto Monico, Maria Auxiliadora Bezerra, Soraia Cecilia Braz Grillo, Benedito Candido Pires Filho, Jacqueline Martins Delaterra. **CONSELHEIROS** 30 **SUPLENTES PRESENTES:** Rafaela Zeferino de Lima, Rosa Aparecida Manssur Matayoshi, Jamili Rasoul Salem de Souza, Ricardo Augusto Campbell, Roberto Alves

de Oliveira, Adriana Albuquerque Cavalcante, João Augusto Zanette, Carolina Aparecida de Andrade, João Augusto Zanette, Antonio Rodrigues da Silva, Sidney Franco, Gilberto Vieira Monteiro, Jose Romes Queiroz, Marcia Aparecida Monteiro, Rogério Martins de Araujo, Andreia Lima da Silva, Vanderlei Aparecido Facchim, Juraci Ribeiro dos Santos, Elisandra Cristina de Oliveira Lino. **MUNICIPES/CONVIDADOS:**

Vivian , Mario Alexandre Moro, Deise Mastrello Ferro, André B. Rubio, Edinéia Bufalo, Emanuel L. Guimarães, Cláudia Valarini de Oliveira, Emilia Rogéria Affonso, José Gomes Pereira, Wilson Santos Comeia, Vinicius Candido, Guilherme Malta da Silva, Bruno Silva Santos, Vanessa C. Da Silva, Alessandra Holovatuik, Tatiana de Freitas Rodrigues, Fabiana Cervan Goes, Maria Isabel, Luiz Carlos França Silva, Ana Claudia, Vinicius Atalaia, Elisabete Tavares, Mauricio Cesar Mauricio, Elisabete, Pedro Mendes, Tamyres Bonni, Felipe, Renata da Silva Pinto, Eduarda Rossoni Guasti, Gisela Aparecida de Souza Matheus, Maria, Vanessa M. S. Henrique, Edson Antonio, Francine, Carlos Lima, Renan Tomas, **(Estes são os nomes que transcritos em**

letra legível). **Presidente Silvana Araujo Teixeira** – Faz a leitura do OFÍCIO CIRCULAR Nº 84.042026 – CMS/SS. Primeiro ponto de pauta, apresentação e aprovação da Readequação do Plano Municipal de Saúde 2026–2029, contemplando as propostas oriundas da 19ª Conferência Municipal de Saúde, as deliberações da etapa da 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (5ª CESTT) e da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (5ª CNSTT); é importante a gente já estar com a apresentação, após a Rosa concluir nós vamos dar algumas justificativas de porque a gente está fazendo essa readequação.

Rosa Aparecida Manssur Matayoshi- Boa noite, esta apresentação de hoje deveria ser pelo meu mentor, mas ele não está, ele está recebendo o Ministério CHM, e no hospital da mulher. Então ele não pode apresentar. Hoje nós vamos apresentar a readequação do Plano Municipal de Saúde 2026-2029, aonde as propostas deliberadas na 19ª Conferência Municipal de Saúde, elas estão inseridas no plano ou foram inseridas propriamente dito, ou já estavam contempladas no plano a gente só apontou qual meta que já existia no plano e que contemplou a proposta que veio da Conferência, uma outra coisa, hoje nós estamos apresentando o plano readequado, mas também sairá daqui hoje a aprovação da PAS de 2026, que também está sendo readequada porque a PAS 2026 o Conselho já tinha aprovado no final de 2025 contudo



foi readequado o plano, a PAS então aquele já será o documento do Plano Municipal de Saúde contido já a readequação PAS 2026, a PAS 2027, o Plano Municipal é o primeiro instrumento principal do SUS (*A apresentação encontra-se a disposição para consulta na secretaria executiva do CMS*) **Presidente Silvana Gomes Araujo**

Teixeira- Algum conselheiro tem algum questionamento, pela ordem Roberto, Jorge Dutra, mais alguém gente? Então vamos lá, Roberto. **Roberto Alves de Oliveira**- Boa

70 noite a todos, é mais uma observação as diretrizes 4, 4.2 e 4.3 que é assim muitas coisas são faladas na 19ª Conferência e a gente não consegue participar de todos os eixos e todas as salas temáticas são pontos que falam da requalificação dos equipamentos na atenção primária e em atenção básica, no ano passado muitas coisas foram faladas aqui, então a unidade a qual eu pertença Recreio Borda do Campo, e muitas metas você fala que estar e intrínseca, esta subjetivo que vai ser contemplado, eu me deparo com o novo plano há 4 anos, a requalificação não vejo, nós conversamos isso várias vezes e entregamos e o ofício não consta, se você puder me informar a 4.3 que eu acho que é um destaque que me deixou bem decepcionado é para construirmos a sede própria, o Recreio ele está numa parte que ele ainda é

80 alocado correto? E a gente apresentou aqui nos últimos semestres praticamente que a prefeitura tem espaço, provamos que tem área da prefeitura provamos também que esses recursos para a construção eles não vão onerar o município, pois só precisa sinalizar para o governo federal que tem o espaço. Qual é o tamanho da unidade que ele quer? E a unidade vai ser feita, tudo com recurso federal e novamente, olha a construção da unidade de Sorocaba e Centro. Eu pergunto, a minha indignação e a gente vêm, a gente entrega documentos, a gente busca os recursos e o que acontece? Mesmo debate da 19ª Conferência eu mesmo estive aqui, ficamos de fora deste plano.

Presidente Silvana Gomes A Teixeira - Roberto é assim, o plano ele foi votado em 2025, acho que antes de agosto de 2025 e aqui nós estamos fazendo a readequação

90 dele das propostas oriundas da 19ª Conferência Municipal da Saúde e que em tese toda essa sua indignação, infelizmente essa não foi umas das prioridades que foram pautadas dentro da 19ª Conferência. O que não quer dizer que a gestão não possa rever, a programação anual de saúde. A gente tem ouvido falar constantemente, o próprio prefeito vive falando nas redes sociais, que ele quer terminar o mandato dele com 100% das unidades, todas dentro do padrão Quali Saúde eu sei que em 2027 tem

a readequação da PAS, em 2028 tem readequação do plano e em 2029 tem readequação, pode ser que em um desses momentos entre a unidade do Recreio.

Jorge Dutra- Bom primeiramente, boa tarde a todos que estão presentes, eu tenho uma dúvida e esclarecimento que ouvi falar referente a proposta do eixo 2, eu queria
100 entender desta ação se ela procede nas unidades de saúde ou não ou como deve ser feito ou o que a gente pode fazer nesse sentido, porque há interesse nessa questão de descumprimento em relação às unidades de saúde. **Presidente Silvana Gomes A**

Teixeira - Rosa coloca a proposta para gente acompanhar quem vai responder por ela. Feira de adoção itinerante eu acho que tem a ver com a feira de adoção é uma das metas que estão no plano de governo do Gilvan todo mundo sabe, quem não sabe vai ficar sabendo que o plano de governo ele é um plano quando o candidato prefeito, ele é candidato ele tem que fazer um plano e esse plano tem que estar no Tribunal Superior Eleitoral, certo? Fora isso, tem as conferências que acrescenta tudo o que diz a respeito a sociedade dos trabalhadores por isso temos as conferências as metas que
110 são oriundas do governo, assim como as metas que são oriundas da população e assim dos trabalhadores essa meta entra pelo eixo que faz parte do governo do Gilvan.

Gerente do DVS Luis - Já tinha pactuado as feiras fixas que estavam sendo no Parque Central por uma questão de momento de reforma, foram transferidas para o Celso Daniel, mas a gente está ciente conforme o plano quer que seja. O segundo plano do nosso prefeito, ele quer que seja itinerante e que essa feira não seja fixa. Então a gente vai trabalhar para atender ele. **Carolina** - Boa tarde a todos é na verdade o meu é um desabafo, compartilhado com o colega usuário propostas em análise vêm sendo examinadas com afinidade, em reuniões realizadas duas a três vezes por semana, no âmbito da Comissão de Políticas Públicas, em conjunto com a
120 Orçamento. Esclareço que tais propostas são oriundas da 19ª Conferência. Observo que, durante as conferências, os participantes tendem a agir com euforia e grande empenho para que determinada proposta seja aprovada exatamente como redigida, o que frequentemente inviabiliza a construção de consensos. Exemplifico com um eixo específico no qual apenas duas propostas foram aprovadas, pois não se permitiu qualquer ajuste ou aglutinação de propostas. Faço um apelo enquanto trabalhadora da saúde com 23 anos de experiência no município de Santo André, onde ocupo o cargo de servidora pública na área da saúde. Atualmente estou no eixo trabalhador, com



130 muito orgulho. Solicito que os presentes reflitam cuidadosamente sobre a forma de articular as propostas no âmbito de uma conferência, uma vez que, não aprovada, a proposta implicará quatro anos de reiteradas solicitações junto ao conselho sem que possa ser efetivamente implementada. Como exemplo, a área da assistência farmacêutica: das dez propostas apresentadas, apenas uma foi aprovada. Alerto, portanto, para a necessidade de maior consciência e senso de responsabilidade, bem como de ocupação digna e comprometida do espaço que integramos. Concluo afirmando que a saúde do município de Santo André depende diretamente do que for deliberado na conferência, pois é nesse espaço que se originam todos os planos, propostas e críticas. Após a aprovação ou rejeição, não há mais possibilidade de alteração. Por fim, recomendo que não se mantenha posição inflexível diante das propostas, reconhecendo que estas podem ser modificadas em prol do coletivo.

140 eu tive que fazer esse desabafo aqui, porque assim muitas coisas importantíssimas só quem está na ponta que sabe quem trabalha, quem vê o que está acontecendo, só quem usa o serviço de verdade, e sabe que vai fazer falta. Só que agora vai ter que esperar 4 anos. **Presidente Silvana Gomes A Teixeira** - Na realidade, a gente tem que fazer das nossas reuniões também o processo educativo e um processo formativo. Todo conselheiro sem exceção deveria ler a nossa lei, que é a lei nº 9698 que dispõe sobre conferência do Conselho Municipal e Conselho Local nossa lei é muito clara a frente à questão da conferência, como ela se dá, de quanto em quanto tempo, qual é a sua composição, qual é a sua atribuição é por isso que nós estamos aqui nesse momento, somos fruto da conferência e assim é fruto daquilo que o trabalhador e o

150 usuário e a gestão pactuaram foram trinta e sete propostas inseridas dentro de um plano fora a PAN e fora o relatório da 5ª Conferência Estadual de Saúde, que foi a nossa etapa Municipal, e nós só conseguimos garantir que estivesse tudo lá dentro, porque houve um trabalho muito pesado da Comissão de Políticas Públicas, da Comissão de Orçamentos é que a gente não pode deixar de agradecer a Rosa e a Vivian, porque assim pensa numas meninas que trabalharam e gente está no conselho, fazendo apontamento, tira um daqui e um dali é isso, e a proposta vem desse tamanho, toda deformada a gente não consegue enxergar o que é meta, na ânsia de querer que fique, a gente vai colocando, o planejamento vai e fala, isso não é meta é uma ação nós temos que organizar tudo e ainda por cima recebemos muitas



160 cobranças. Porque a gente sabe a importância de um plano municipal. Então esse plano está factível, e não adianta fazer um plano com 300 e 400 metas e quando chega o relatório, não conseguiu, isso é um clamor da população junto com os trabalhadores e por isso que existe a conferência e foi um parto para a gente conseguir fazer essa conferência que prorrogou a inscrição. Infelizmente a gente renuncia a um final de semana, mas infelizmente a população e os trabalhadores também precisam aprender a se organizar, na conferência e fazer as suas estruturas. Os pareceres mais alguém está escrito? Não, então os pareceres dessa vez foi um parecer unificado da Comissão de Orçamento e da Comissão de Políticas Públicas. Para vocês terem ideia esse parecer ele tem oito páginas, demandou muito trabalho tem algumas propostas, que eu

170 já vou falar, que eu trago da Conferência. O próprio Ministério apontou para gente cabe esse conselho analisar as propostas que vieram oriundas da Conferência, juntamente com a equipe técnica, e viabilidade técnica da questão constitucional se não fere alguma questão constitucional. Ver se aquela proposta esta alinhada na diretriz nacional e estadual, diminuiu cinco propostas e então ficou quatro propostas que essas não entraram e todas elas foram justificadas pela equipe técnica e departamento jurídico. As comissões tiveram ciência dessa justificativa concordaram com aquela e traz a este conselho o parecer. Se alguém depois de orçamento quiser complementar com a Carol pode falar, mas o parecer foi indicado. Outra coisa que a gente vai organizar é para que vocês tenham e entendam para que também fique registrado em

180 ATA. Hoje a Rosa está fazendo a apresentação da readequação do Plano Municipal de Saúde, gestão de 2026-2029, porém nós temos dentro do plano os recortes, por exemplo, nós teríamos hoje também estar apresentando a programação da readequação da programação anual de 2026 e a PAS 2026, ou seja, a programação anual de 2027 e como nós estamos readequando hoje automaticamente nós estamos votando tudo isso. Porém nós temos que fazer votação distinta, por quê? Porque quando a Rosa for subir nos DIGISUS, ela vai ter que subir o plano é uma resolução e ela vai subir a readequação da PAS 2026 é outra resolução, ela vai ter que subir uma PAS 2027 outra resolução a Carol está lendo agora a justificativa da readequação do plano. **Carolina – “PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE POLÍTICAS**

190 **PÚBLICAS E ORÇAMENTO E FINANÇAS. Pauta: Readequação do Plano Municipal de Saúde 2026-2029 a partir da análise de viabilidade técnica das**



propostas oriundas da 19ª Conferência Municipal de Saúde, da 5ª Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de Saúde. Aos 27 dias do mês de abril de 2026, às 9 horas, no auditório da Secretaria de Saúde, situado na Rua Catequese, n.º 242, reuniu-se a Comissão de Políticas Públicas, com a presença dos seguintes membros: Andreia Lima Silva e Kaique Vicente. Comissão de Orçamento e Finanças: Gilberto Vieira Monteiro, Micael Regino Vicente e Samuel Estevam. Foram analisadas as propostas oriundas da 19ª Conferência Municipal de Saúde, acrescidas propostas provenientes da 5ª Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de Saúde. Após a apresentação, a presidente do Conselho, Silvana, indagou sobre algumas propostas oriundas da 19ª Conferência Municipal de Saúde que não foram inseridas no plano. O jurídico justificou a exclusão com base em inviabilidade técnica e jurídica, especialmente quanto à segurança; outras por inviabilidade financeira. O senhor Gilberto, membro da comissão de orçamento, observou que a matéria já estava contemplada no parecer jurídico, não havendo necessidade de inclusão, por ser obrigação do Estado. A presidente Silvana ponderou que a questão da segurança, quando se refere a equipamentos de saúde em sua dependência, é de responsabilidade da municipalidade, guarda civil e guarda patrimonial. Todas as propostas constantes foram discriminadas com seus respectivos percentuais de incorporação. As quatro propostas não contempladas encontram-se devidamente justificadas, sendo elas: **Eixo 2 – Proposta 11:** Instituir um programa de segurança para as unidades de saúde, de modo a garantir a integridade dos usuários e trabalhadores, desde que a ação não se torne excludente à população. **Justificativa**
Análise e Avaliação: A Proposta nº 11, oriunda da 19ª Conferência Municipal de Saúde, propõe a instituição de um programa de segurança para as unidades de saúde, com o objetivo de garantir a integridade de usuários e trabalhadores, desde que não haja caráter excludente à população. a atuação direta em atividades típicas de policiamento ostensivo ou preventivo; a criação de estruturas operacionais próprias de segurança; a interferência em atribuições constitucionalmente reservadas aos órgãos estaduais de segurança pública. Não obstante a relevância material da temática, a inclusão da referida proposta no Plano Municipal de Saúde revela-se juridicamente inadequada e materialmente prejudicada, em razão de limites estruturais de competência administrativa e da própria conformação constitucional da segurança



pública no ordenamento jurídico brasileiro. Inicialmente, cumpre destacar que a segurança pública constitui matéria disciplinada diretamente pela Constituição Federal, a qual estabelece, em seu art. 144, que: Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. O referido dispositivo delimita de forma expressa os órgãos responsáveis pela execução das atividades de segurança pública, atribuindo-as, primordialmente, às Polícias Civil e Militar, sob a competência dos Estados, bem como às demais forças legalmente instituídas. Nesse contexto, a atuação do Município na área de segurança pública é subsidiária, limitada e não substitutiva não lhe sendo conferida competência para estruturar políticas autônomas de segurança pública com caráter abrangente ou institucional equivalente àquelas desempenhadas pelos órgãos estaduais. A eventual instituição de um "programa de segurança" com o alcance pretendido na proposta implicaria, necessariamente: Tais medidas extrapolam a competência administrativa da Secretaria Municipal de Saúde e do próprio Município, configurando hipótese de invasão de competência material, em afronta ao pacto federativo e à repartição constitucional de atribuições. organização de fluxos de atendimento; controle de acesso institucional; medidas de vigilância patrimonial; articulação interinstitucional com os órgãos de segurança pública competentes. insegurança jurídica, pela ausência de competência plena para sua implementação; inexecuibilidade prática, diante da dependência de órgãos externos ao setor saúde; desvio de finalidade do instrumento de planejamento, ao incorporar matéria estranha à governabilidade direta da política de saúde. Ademais, a temática da segurança nas unidades públicas já é tratada por meio de ações administrativas internas compatíveis com a competência municipal, tais como: Essas medidas não se confundem com a criação de um programa estruturado de segurança pública, mas representam o limite juridicamente adequado da atuação municipal no âmbito da proteção de suas unidades. Importante ressaltar, ainda, que a implementação de políticas de segurança com repercussão externa depende de integração formal e coordenação com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, responsável pela execução do policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública, não podendo ser unilateralmente instituída no âmbito do planejamento setorial da saúde. Sob o prisma do planejamento, o Plano Municipal de Saúde possui natureza finalística



e setorial, devendo concentrar-se em ações diretamente relacionadas à política pública de saúde, não sendo instrumento adequado para instituir políticas transversais cuja execução dependa de outros entes federativos e órgãos com competência própria. A inclusão da proposta, tal como formulada, acarretaria: Diante desse cenário, conclui-se

260 que a Proposta nº 11 encontra-se juridicamente prejudicada quanto à sua implementação no âmbito do Plano Municipal de Saúde, por envolver matéria de competência compartilhada, com predominância de atribuições estaduais, e por extrapolar os limites de atuação administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.

Eixo3 - Proposta 9: Requalificar e modernizar a estrutura física dos serviços de saúde

da Atenção Primária (APS) e da Rede de Saúde Mental, priorizando o CAPS Praça Chile, NUPE e CAPS Vila Vitória, a UPA Sacadura Cabral e o Centro de Especialidades Odontológicas Santa Teresinha; aprimorar a ambientação das Unidades de Internação do Centro Hospitalar Municipal de Santo André – CHMSA;

270 modernizar as instalações do Hospital da Mulher – HM; adequar a ambiência do Hospital de Vila Luzita; promover a renovação, ampliação e adequada destinação do repasse ministerial para a frota de ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência – SAMU, incluindo uma nova unidade para o território do

Parque Andreense; ampliar a política da “onda verde” para ambulâncias, visando à redução do tempo de resposta no atendimento; implementar unidades de CAPS itinerante para ampliação do acesso e fortalecimento da Rede de Saúde Mental; desenvolver um programa de acolhimento físico, mobilidade e acessibilidade integral nas unidades de saúde, garantindo condições adequadas de circulação, sinalização e acesso por transporte público; incluir a aquisição de novos tablets e uniformes para as

280 equipes, além da reforma das UBS ainda não contempladas, ações essas visando à melhoria da qualidade assistencial, da eficiência, da segurança e da satisfação dos

usuários do SUS. **Justificativa Análise e Avaliação:** Proposta contemplada com as Metas: Meta 1.11.3 com a ação Nº 4 - Aumentar a capacidade de traslado para as equipes da Saúde Mental para todos os dias da semana (segunda à sexta-feira). Meta 4.1.1 e suas ações. Meta 4.2.1 e suas ações. Meta 4.3.1 e suas ações. Meta 4.4.1 e suas ações. Meta 4.5.1 e suas ações. Meta 4.6.1 e suas ações. Meta 4.7.1 e suas ações. Meta 4.8.1 e suas ações. Meta 4.9.1 e suas ações. Meta 4.9.2 e suas ações. Meta 4.10.1 e suas ações. Meta 4.11.1 e suas ações. Meta 4.12.1 e suas ações.



Adequações realizadas: Inserido Meta 4.12.2 - Renovar a frota do SAMU e suas ações.

Análises e considerações das demais demandas: Em relação à ampliação da frota do

290 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) na região do Parque Andreense, informamos que já contamos com uma base operacional instalada em Paranapiacaba, a qual realiza a cobertura assistencial da referida região. Destaca-se que essa base apresenta uma média de aproximadamente 30 ocorrências mensais, atendendo de forma contínua às demandas locais e contribuindo para a assistência pré-hospitalar de urgência e emergência. Dessa forma, a estrutura atualmente existente tem possibilitado a cobertura da região, sendo permanentemente monitorada quanto à sua capacidade operacional e à necessidade de eventuais adequações, conforme a evolução da demanda. O projeto "Onda Verde" foi concebido com o objetivo de otimizar e agilizar o tempo de deslocamento das ambulâncias destinadas ao atendimento de Suporte

300 Avançado de Vida, especialmente em ocorrências de maior gravidade. Atualmente, o projeto contempla a atuação das três ambulâncias de suporte avançado, bem como das motocicletas de intervenção rápida, visando garantir maior eficiência nos atendimentos classificados como de alta prioridade (código vermelho). Ressaltamos que, no momento, não foi possível estender a iniciativa às 12 ambulâncias de suporte básico. Tal decisão se fundamenta em limitações relacionadas à mobilidade urbana, uma vez que a liberação simultânea e irrestrita de todas as viaturas poderia comprometer a fluidez do trânsito e a efetividade do próprio sistema. Dessa forma, optou-se por direcionar o projeto aos atendimentos de maior criticidade, assegurando que os recursos disponíveis sejam utilizados de maneira estratégica e eficiente, com

310 foco na preservação da vida em situações de maior risco. Diretor do Departamento de Planejamento Kaique disse que há uma emenda parlamentar e que vai ser enviada ao Parque Andreense uma ambulância Comum, pois ambulância do SAMU é oriunda do governo federal. **Eixo 4 -Proposta 2:** Implantar um programa municipal de vigilância e resposta aos impactos das mudanças climáticas na saúde, integrando informações ambientais, dados epidemiológicos e ações preventivas coordenadas com Defesa Civil, Meio Ambiente e Assistência Social, buscando prevenir e mitigar riscos à saúde causados por enchentes, ondas de calor, contaminações ambientais e insegurança hídrica, especialmente em territórios vulneráveis, promovendo ampla divulgação em todos os territórios do município. **Justificativa Análise e Avaliação:** A proposta de



320 **Implantação de um Programa Municipal de Vigilância e Resposta aos Impactos das Mudanças Climáticas na Saúde** não será contemplada como ação específica no Plano da Secretaria Municipal de Saúde, considerando que se trata de uma iniciativa de caráter **intersectorial e transversal**, cuja execução envolve a atuação integrada de diversas secretarias e órgãos municipais, tais como Defesa Civil, Meio Ambiente, Assistência Social, além da própria Saúde. Cabe destacar que as ações relacionadas aos impactos das mudanças climáticas na saúde da população já vêm sendo desenvolvidas no município de forma **articulada com a Secretaria de Meio Ambiente e demais áreas correlatas**, por meio de estratégias voltadas à prevenção de riscos, monitoramento de eventos climáticos; atuação em situações de emergência e

330 desenvolvimento de ações preventivas nos territórios mais vulneráveis. Dessa forma, entende-se que a proposta ultrapassa a governabilidade exclusiva da Secretaria Municipal de Saúde, sendo mais adequada sua condução no âmbito de **políticas públicas intersectoriais e planos estratégicos municipais integrados**, já em andamento, evitando duplicidade de ações e fortalecendo a atuação conjunta entre as áreas envolvidas. Assim, embora a temática seja reconhecida como relevante e alinhada às diretrizes de promoção e proteção da saúde, a proposta não será inserida de forma específica no Plano da Secretaria Municipal de Saúde, considerando que as ações correspondentes já estão sendo trabalhadas de forma integrada com a Secretaria de Meio Ambiente e demais setores envolvidos. **Eixo – 4 Proposta 6:**

340 Construir nova sede para o Centro de Controle de Zoonoses, com infraestrutura moderna e aumento da área de alojamento dos animais, garantindo excelência nos canis e gatis, promovendo o bem-estar animal, fortalecendo as ações de vigilância e saúde pública, além de ampliar as ações de vacinação locais (nos bairros) e a equipe de profissionais, com campanhas junto à população para adoção responsável. **Justificativa Análise e Avaliação:** Proposta parcialmente contemplada com a Meta: Meta 4.14.1 e suas ações. Análise referente à “vacinação locais (nos bairros) e a equipe de profissionais, com campanhas junto à população para adoção responsável”:

Justificativa Análise e Avaliação: Proposta parcialmente contemplada com a Meta: Meta 4.14.1 e suas ações. Análise referente à “vacinação locais (nos bairros) e a

350 equipe de profissionais, com campanhas junto à população para adoção responsável”: Proposta parcialmente contemplada com a Meta: Meta 4.14.1 e suas ações. Análise



referente à “vacinação locais (nos bairros) e a equipe de profissionais, com campanhas junto à população para adoção responsável”: A não realização de vacinação itinerante contra a raiva no município de Santo André está fundamentada na mudança do perfil epidemiológico da doença e nas diretrizes técnicas estabelecidas pelo Instituto Pasteur e pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Historicamente, as campanhas de vacinação em massa, realizadas de forma itinerante nos bairros, tinham como objetivo interromper a transmissão das variantes urbanas da raiva, principalmente entre cães e gatos. Entretanto, após décadas de campanhas sistemáticas e ampliação da cobertura vacinal, a variante urbana da raiva foi considerada eliminada no Estado de São Paulo, modificando o cenário epidemiológico e a estratégia de prevenção. Diante desse novo contexto, passou-se a priorizar a vacinação de rotina contínua, associada à vigilância epidemiológica ativa e à vacinação de bloqueio em situações específicas, como a confirmação de casos positivos em animais domésticos ou silvestres. Atualmente, o principal risco epidemiológico está relacionado a casos isolados provenientes do ciclo silvestre, especialmente envolvendo morcegos, não havendo circulação sustentada do vírus entre cães e gatos que justifique campanhas massivas itinerantes. Além disso, a vacinação itinerante demanda elevada estrutura logística, incluindo mobilização de equipes, transporte de insumos, controle de cadeia de frio, montagem de postos temporários e manejo adequado de resíduos. Considerando que a vacina antirrábica é termolábil, o controle rigoroso da temperatura é mais seguro em postos fixos, reduzindo o risco de perda de doses e garantindo maior eficácia das vacinas aplicadas. Em campanhas itinerantes, há maior possibilidade de desperdício de imunobiológicos, especialmente em função de frascos abertos não utilizados e eventuais falhas na manutenção da rede de frio. Outro aspecto relevante refere-se à responsabilidade compartilhada na prevenção da raiva, sendo que, conforme as diretrizes atuais, a vacinação antirrábica passou a ser ofertada de forma permanente, semelhante à vacinação humana de rotina. Assim, o município mantém o serviço contínuo e gratuito, cabendo ao tutor do animal realizar o deslocamento até o local de vacinação, como medida preventiva e de manutenção da cobertura vacinal. Dessa forma, o município de Santo André mantém a vacinação antirrábica gratuita e permanente na Gerência de Controle de Zoonoses (GCZ), localizada na Rua Igarapava, 239 – Valparaíso, garantindo o acesso da população ao serviço durante todo o ano para cães e gatos a



partir de quatro meses de idade. Essa estratégia está alinhada às recomendações técnicas estaduais e nacionais, priorizando a vigilância qualificada, a segurança na aplicação dos imunobiológicos e a eficiência na gestão dos recursos públicos, considerando a ausência de circulação da raiva urbano-canina no município. Ana Claudia Diretora do Departamento de Vigilância destacou que as vacinas são oriundas do Estado; Soraia conselheira municipal pergunta sobre o Super que não estava anteriormente no Plano e foi inserido, não foi passado pelo conselho esta questão para ser deliberada, apenas a comunicação da implantação não foi votado. Diretor do DAS Killian respondeu que na reunião extraordinária foi explicado, sobre a importância do equipamento, bem como as readequações a presidente ressaltou sobre a prerrogativa da gestão. Da conclusão do total de propostas analisadas, apenas 04 (quatro) serão excluídas, por absoluta inviabilidade técnica e jurídica, permanecendo as demais para implementação na readequação do Plano Municipal de Saúde. Os critérios adotados seguem padrão objetivo, análogos aos utilizados em sistemas informatizados. A recomendação é manter os registros das justificativas e dar seguimento à execução das propostas viáveis no âmbito do Plano Municipal de Saúde revisado. **Membros da**

390 **Comissão de Políticas Públicas** ; Andreia Lima Silva e Kaíque Vicente, Carolina Aparecida Andrade e Marcia Aparecida Monteiro. **Membros da Comissão Orçamento e Finanças** Gilberto Vieira Monteiro, Micael Regino Vicente, Samuel Estevam Lino, Valdelucia F Araujo." **Presidente Silvana Gomes A Teixeira** – É necessário que fique registrado por se tratar-se de uma conferência a comissão analisou e indicou o parecer é favorável ao pleno para a aprovação. Dessa forma a gente vai conduzir o processo de votação do plano municipal de saúde da readequação dois mil e vinte seis readequado com décima nona conferência municipal de saúde a quinta conferência municipal do trabalhador com o quórum de vinte dois conselheiros alguém é contrário a aprovação do plano? Eu declaro aprovada. Vamos agora para a votação da

400 readequação da PAS 2026? Alguma abstenção? Alguém é contrário aprovado pelo quórum de vinte um conselheiro; PAS referente a 2027; alguma abstenção? Alguém é contrário? Aprovado pelo quórum de vinte um conselheiros. Próximo ponto é o quarto Apresentação do Plano de Ações e Metas (PAM) de IST/AIDS doutor Pedro irá fazer a apresentação. **Dr. Pedro** – Olá todas e todos me chamo Pedro sou médico e infectologista, eu sou responsável pelos agravos de HIV, Sífilis eu vou apresentar

410



agora para o conselho o plano anual de metas em relação ao enfrentamento de pandemia HIV do município de Santo André, esse plano ele é tradicionalmente realizado de forma anual sempre alinhado ao plano estratégico enfrentamento de pandemia de HIV e AIDS do ministério da saúde do estado de São Paulo e alinhado a

420 plano municipal de saúde. O plano ele segue modelo do ministério da saúde em que ele tem uma situação do município Santo André nós temos atualmente 53 pontos de distribuição de preservativos nos serviços de saúde 34 pontos fora de serviços de saúde distribuído ao redor do território e foram feitas 64 campanhas no ano passado de distribuição de preservativo. Anualmente o programa municipal distribui autos teste para HIV no ano de dois mil e vinte quatro foram 2400. *(A apresentação encontra-se na secretaria executiva do CMS para consultas).* **Presidente Silvana Araujo Teixeira**

Vamos abrir para questionamentos. **Vanderlei** – Os profissionais do sexo são o público-alvo. **Dr Pedro** - Profissionais do sexo estão entre os públicos-alvo prioritários para as medidas preventivas do SUS, que fornecem medicamentos antirretrovirais

430 gratuitamente a pílula de prevenção ao HIV é a PrEP (Profilaxia Pré-Exposição), mas existe também a PEP (Profilaxia Pós-Exposição) para situações de emergência que esta disponibilizado nas UPAS, inclusive é feito um treinamento para profissionais, existe uma diferença O funcionamento do medicamento varia de acordo com as práticas sexuais se homem com homem ou mulher com homem, mulheres cis, mulheres trans em uso de hormônios e homens trans que fazem sexo com homens tem indicação para usar. **Kiillian** – Vou fazer a pergunta que uma colega pediu existe alguma DST nova. **Dr Pedro** - Tem uma doença pouco falada não é nova é causada pelo Vírus Linfotrópico de Células T Humanas. HTLV ocorre principalmente através do aleitamento, durante a gestação e no momento do parto, também pode ocorrer, essas

440 mães não podem amamentar, para crianças nascidas de mães vivendo com HTLV-1, o Centro de Infectologia o CMEI disponibiliza a fórmula para estas crianças, as formas de transmissão e prevenção da transmissão, incluindo prevenção da transmissão sexual, para evitar a disseminação do vírus para parceiros sexuais. **Presidente Silvana Araujo Teixeira** Deliberação sobre a aprovação do Projeto "SUPER", previamente apresentado ao Conselho Municipal de Saúde, para fins de cumprimento dos ritos administrativos junto ao Ministério da Saúde, com anuência para prosseguimento das etapas necessárias à sua formalização, execução e eventual captação de recursos,



conforme diretrizes do Plano Municipal de Saúde 2026–2029 tem algum questionamento? Vamos entrar em regime de votação alguém é contrário? Alguma
450 abstenção? Aprovado pelo quórum. Vamos aos informes **INFORMES Nº 1 JURACI -**
Programação urgente da reforma do CAPS Praça Chile e pendências do CAPS Parque
Novo Oratório em continuidade aos informes anteriores, reitero a necessidade urgente
de uma definição quanto à programação das obras de reforma do CAPS Praça Chile. A
unidade encontra-se em avançado estado de decadência estrutural, com riscos
concretos à integridade física dos funcionários e dos usuários. Solicitamos, com a
máxima urgência, o estabelecimento de uma data inicial para o início das intervenções.
Sobre Parque Novo Oratório, permanecem inúmeras pendências, especialmente
relacionadas à manutenção geral. Destaco a necessidade de instalação de bebedouro,
colocação de luminárias e substituição das lâmpadas queimadas, itens básicos que
460 comprometem o funcionamento adequado da unidade. **INFORMES Nº 2 Roberto**
Alves – Redução de médicos, situação dos PJs, cobertura de férias e necessidade de
cadeiras – Unidade Requerida Abordo do conforme tratativas anteriores. É igualmente
urgente equacionar a situação dos profissionais contratados como pessoa jurídica (PJ),
bem como estabelecer uma solução para a cobertura das férias dos médicos, uma vez
que não há substituto previsto, deixando a unidade desassistida nesses períodos;
Reforço ainda a necessidade da aquisição das 17 cadeiras para a Unidade Requerida
Abordo do Campo, item indispensável para a continuidade do atendimento. **INFORMES**
Nº 3 - Marco Antônio Alves Solicitação de segurança – UPA Vila Luzita e Ambulatório
Central - Solicito, com urgência, a adoção de medidas efetivas de segurança para a
470 UPA Vila Luzita e para o Ambulatório Central. As duas unidades têm registrado
situações recorrentes de vulnerabilidade, colocando em risco a integridade de
servidores, colaboradores e usuários. **INFORMES Nº 4 - Andreia Lima** - Situação
estrutural do CAPS Praça Chile – Comprometimento parcial do espaço a unidade do
CAPS Praça Chile encontra-se com a parte estrutural física parcialmente
comprometida. A sala do almoxarifado perdeu parte do teto, e a sala de reunião do
grupo de mulheres e homens está com o teto totalmente estufado e tomado por mofo,
inviabilizando o uso seguro desses espaços. **INFORMES Nº 5 Jorge Dutra** Foi feita a
inauguração da unidade do Vila Helena, porém montaram palco, mas só subiu o
prefeito, fez o seu discurso juntamente com os vereadores e não se lembrou das



480 pessoas, não foi lembrado o conselho que tanto lutou para aquela unidade, nem o gestor. A forma que a cerimônia foi discriminada os conselheiros locais, o palco foi colocado cadeira para vereadores e secretários, que nunca foram na reunião ou mesmo compareceram na reforma da unidade. Segue aqui a indignação. O respeito que o conselho municipal deveria ter tido, é um fato lamentável. **INFORMES Nº 6 - Antônio Carlos Pereira** - Proposta de extensão da UPA Sacadura – UBS Palmares Sugiro que seja estudada a possibilidade de a UBS Palmares funcionar como extensão da UPA Sacadura, de modo a facilitar o atendimento a todos os usuários e munícipes daquela região. A integração das unidades ampliaria o acesso e melhoraria a assistência à população local. Aguardo análise da proposta. Carlos Alberto Mônico

490 Esclarecimento sobre a obra da Unidade Moisés. **INFORMES Nº 7 – Vanderlei Aparecido Fachimm** - Obra parada do Moisés Fuchs, CAPS Praça Chile e solicitação de crachás encaminho este informe tratando de três pontos que necessitam de providências: 1. Obra parada da Unidade Moisés Fuchs: Reitero a preocupação com a paralisação da obra, que segue sem andamento, prejudicando a comunidade que aguarda a conclusão da unidade. 2. CAPS Praça Chile: Reforço a situação crítica já relatada anteriormente, solicitando que as intervenções estruturais na unidade sejam priorizadas. 3. Crachás de identificação: Solicito a confecção e distribuição de crachás para todos os conselheiros municipais e locais de saúde, bem como para os agentes comunitários de saúde de todas as unidades, garantindo a devida identificação

500 funcional. **INFORMES Nº 8 - José Gomes** - Feira da Literatura e Carta Antirracista – 7 de maio Informo sobre a realização da Feira da Literatura e, em especial, destaco a importância da mobilização para o dia 7 de maio, data em que será apresentada a Carta Antirracista. **INFORMES Nº 9 - José Romes** Reclamação – Utensílio entregues a paciente, que foram recebidos em condições inadequadas de higiene. **INFORMES Nº 10 - Soraia** - Solicitação de mudança do layout – Farmácia do Alvorada. Solicito que seja providenciada a mudança do layout da farmácia da unidade Alvorada, a fim de melhorar a organização do espaço e as condições de trabalho e atendimento. **INFORMES Nº 11 - Mario Moro** - Conselho Nacional de Saúde está solicitando através de suas redes sociais, Instagram e outros canais para que o Estado e os municípios

510 enviem informações sobre as organizações das conferências municipais da 18ª Conferência Nacional de Saúde. Diante disso, pede em nome dos municípios do



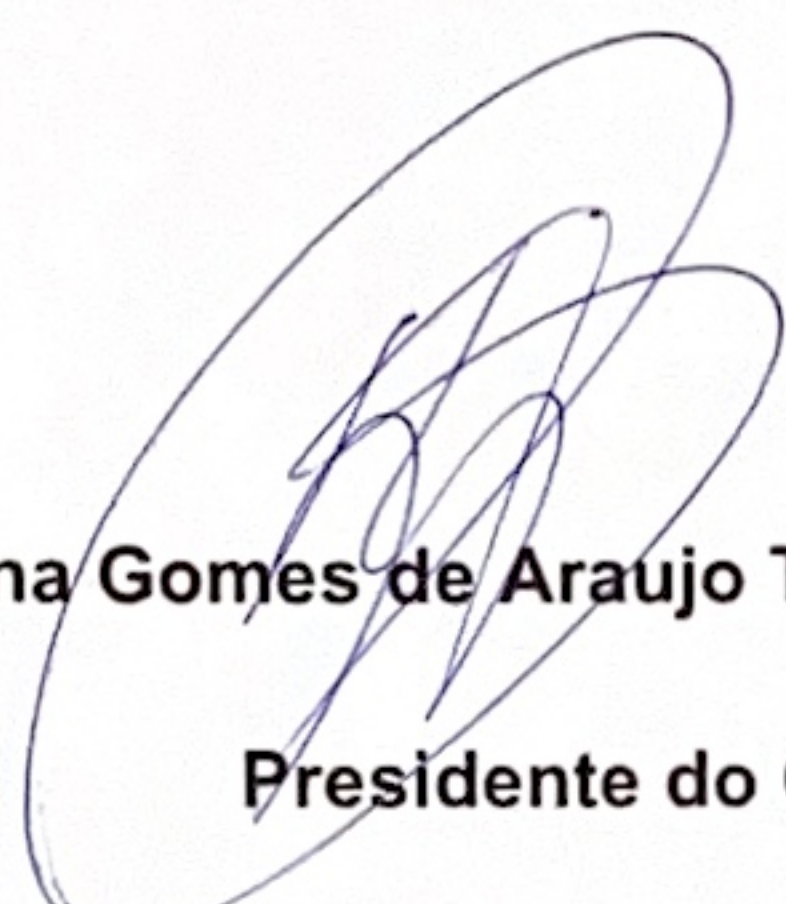
PREFEITURA DE
SANTO ANDRÉ

Secretaria da saúde
Conselho Municipal de Saúde

Distrito Federal da conferência a situação da organização para enviar o e-mail para 18 CMS@saude.gov.br. O objetivo é consolidar um panorama nacional, acompanhar o processo da conferência em todos em todo o país, reforçando o controle social nos estados e municípios da 18ª conferência de 4 de julho de 2026. O Conselho Nacional reforça que a participação social é essencial para fortalecer a democracia e o SUS.

Justificativa de ausência: Jose Carlos Guzella; Osmar Mendonça; Micael Regino; Flavia Chiomento e Sergio Gabriel. **Presidente Silvana Araujo Teixeira-** encerro a presente sessão as 19h e 40 minutos.

520



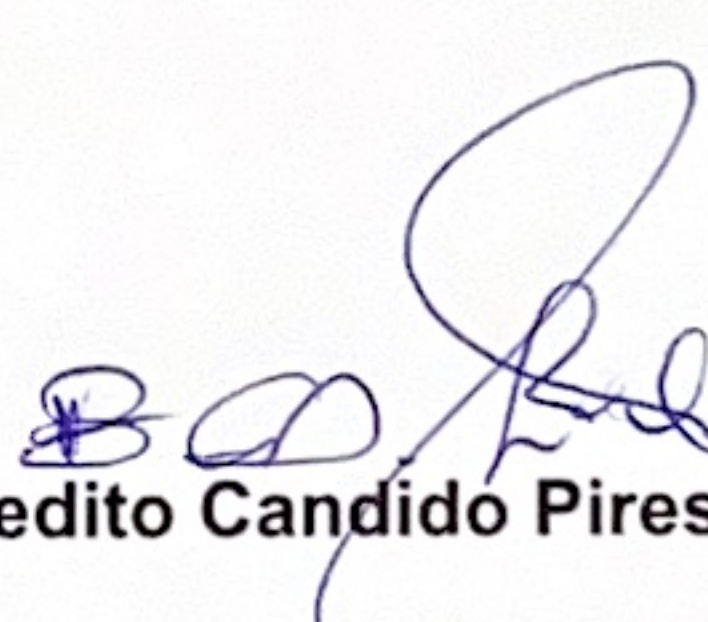
Silvana Gomes de Araujo Teixeira
Presidente do CMS

Killian Macedo Kylander

1º Secretário do CMS

Ivan Giurkovits

2º Secretário do CMS



Benedito Candido Pires Filho

Vice-Presidente do CMS

530